

OIKOS σ

Revista de economia heterodoxa
nº 8, ano VI • 2007
ISSN 1808-0235



patrocínio



Thorstein Veblen

Nota introdutória

DANIEL NEGREIROS CONCEIÇÃO | danielnconceicao@gmail.com
University of Missouri in Kansas City (UMKC)

Realizar a tradução deste texto de Thorstein Veblen não foi tarefa fácil para este economista. Primeiro, há o fato do estilo literário de Veblen não ser o estilo literário utilizado pela maioria dos economistas que atualmente produzem artigos em publicações acadêmicas. Veblen escreveu o conjunto de sua obra entre o final do século XIX e o início do século XX. Se hoje em dia é notável que a grande maioria dos textos sobre teoria econômica contrasta a riqueza de sofisticados modelos matemáticos com a pobreza de construções literárias bastante rudimentares, no ambiente acadêmico dos tempos de Veblen eram raros os trabalhos acadêmicos em que as construções literárias não fossem altamente cuidadosas. Ainda que modelos matemáticos fossem fundamentais para a apresentação de suas teorias, era inaceitável para o economista daquele período que a apresentação narrativa não fosse desenvolvida com o máximo de zelo.¹ Ainda que o cuidado com a quali-

¹ Mesmo Alfred Marshall, certamente um dos mais importantes economistas contemporâneos de Veblen, não permitiu que a adoção de métodos matemáticos mais sofisticados para o desenvolvimento de suas teorias lhe impedisse a produção de uma apresentação narrativa extremamente sofisticada do ponto de vista estilístico. Em seus *Princípios de Economia (Principles of Economics, 1890)*, Marshall desenvolveu o que se tornou a base para a revolução marginalista e o conseqüente processo de matematização da análise microeconômica. Ainda assim, Marshall optou por apresentar

dade estilística de trabalhos acadêmicos fosse de fato a regra entre os economistas contemporâneos de Veblen, poucos foram tão competentes e talentosos quanto ele na utilização da palavra escrita. Certamente, por mais que tenha se esforçado este economista para ser fiel ao estilo de Veblen e preservar a riqueza literária do original, algo desta riqueza certamente se perdeu na tradução.

O leitor acostumado com textos acadêmicos sobre economia terá dificuldades para reconhecer a obra de Thorstein Veblen como um exemplar de teoria econômica. A riqueza estilística, com o uso freqüente de analogias, metáforas e outras figuras de linguagem, tão raras em textos puramente acadêmicos, por um lado, torna a leitura muitíssimo mais prazerosa, por outro, torna a compreensão da teoria contida nos textos significativamente mais difícil. Não foi à toa que seu clássico *A teoria da classe ociosa* (*The Theory of the Leisure Class*, 1899) tenha sido recebido pelo público como uma simples sátira ao comportamento exageradamente exuberante da elite econômica do mundo capitalista desenvolvido, mais que uma consistente teoria do comportamento humano. Realmente, diversas passagens na obra de Veblen chegam a divertir pelo ridículo que demonstram das atitudes descritas dos membros da classe ociosa. Entretanto, por mais que em momentos pareçam absurdamente contraditórios, em outros irracionais, as atitudes e comportamentos descritos na obra de Veblen não devem ser encarados como caricaturas. A imagem descrita por Veblen do comportamento humano sob a lógica pecuniária é a de um conjunto de atitudes ridículas e absurdamente fúteis simplesmente porque são de fato ridículas e absurdas as atitudes dos membros da classe ociosa. Apesar de tornar a leitura possivelmente menos interessante, houvesse Veblen descrito os hábitos da classe ociosa de forma menos satírica e irônica, não deixaria de ser ridiculamente exuberante e fútil o comportamento da grande maioria dos membros desta classe no mundo real.

Quando se pede ao economista familiarizado com a obra completa de Thorstein Veblen que identifique o tema que considera mais bem desenvolvido ou importante, normalmente é apontada sua teoria de ciclos financeiros e industriais em economias capitalistas² ou se aponta sua teoria de comportamento humano. No entanto, a primeira teoria é resultado direto da segunda. São as instituições peculiares de socieda-

seus métodos matemáticos em um apêndice de apenas dezesseis páginas, enquanto as quase setecentas páginas anteriores de seu livro foram dedicadas à apresentação verbalizada de suas idéias.

2 Possivelmente a mais popular contribuição de Veblen à teoria econômica, sua teoria de ciclos observados em economias financeirizadas foi descrita originalmente no capítulo sete de *A Teoria da Empresa de Negócios* (*The Theory of Business Enterprise*, 1904).

des pecuniárias e o comportamento humano delas resultante os responsáveis pelo funcionamento observado de economias financeirizadas.³

O texto aqui traduzido, *O instinto para o artesanato e a aversão ao trabalho em geral* (*The Instinct of Workmanship and the Irksomenes of Labor*, 1898) é possivelmente o mais importante na obra de Veblen, pois nele foi originalmente estabelecida a base da teoria vebleniana sobre os determinantes da conduta humana.⁴ Sem dúvida, se beneficiará o economista que deseja conhecer profundamente a obra de Veblen se, antes de realizar a leitura de textos de Veblen que tratam de temas mais obviamente “econômicos”, dar atenção à porção da obra vebleniana que estabelece os alicerces de sua teoria sobre comportamento humano.

Embora a essência dos argumentos desenvolvidos por Veblen em *O instinto para o artesanato...* seja relativamente simples, em parte em virtude do estilo literário sofisticado e em parte pelo aspecto normalmente polêmico de discussões acerca da natureza e conduta humanas, nem sempre a interpretação que se faz das idéias contidas neste texto está de acordo com o que de fato foi dito por Veblen. Mesmo na obra de economistas da escola Institucionalista Tradicional, influenciados principalmente pela obra de Veblen, embora outros aspectos da teoria vebleniana tenham sido desenvolvidos e expandidos por estes economistas com competência, não é incomum que as descrições das idéias contidas no *Instinto para o Artesanato...* apresentem uma versão distorcida daquela original de Veblen.⁵

Possivelmente foi Charles Darwin o autor que mais influenciou a teoria de Veblen. Em *Por que não é a economia uma ciência evolutiva? (Why is Economics not an Evolutionary Science?)*, 1898), Veblen fez um apelo pelo abandono do raciocínio teleológico dominante então nas ciências sociais, em favor de um método de análise não estático e sim evolutivo, como o método introduzido por Darwin na biologia. Principalmente,

3 Em cada idéia desenvolvida por Veblen, de sua análise dos mecanismos característicos de economias dominadas por mercados de crédito (principalmente em *The Theory of Business Enterprise, A Teoria da Empresa de Negócios*, 1904 e *Absentee Ownership and Business Enterprise in Recent Times: the case of America*, em tradução livre para o português *Sociedades Anônimas e a Empresa de Negócios em Tempos Recentes*, 1923) à sua avaliação do sistema de ensino superior nos Estados Unidos (*The Higher Learning in America*, em tradução livre para o português *O Ensino Superior na América*, 1918), é possível identificar sua teoria sobre o comportamento humano guiando seu raciocínio e suas conclusões.

4 O próprio Veblen considerava seu livro *O Instinto para o Artesanato e o Estado das Artes Industriais* (*The Instinct of Workmanship, and the State of the Industrial Arts*, 1914), em que as idéias do artigo de 1898 foram expandidas e a relação entre hábitos e instintos e fenômenos econômicos apresentada de forma mais clara, sua obra mais importante.

5 Este é o caso, por exemplo, de Geoffrey Hodgson, um dos mais prolíficos e reconhecidos autores identificados com a escola Institucionalista Tradicional que, em seu *The Evolution of Institutional Economics* (2004), questionou a consistência dos argumentos contidos em *O Instinto para o Artesanato...* sob a luz da mesma teoria darwinista de evolução que guiou os argumentos de Veblen.

a influência de Darwin sobre a obra de Veblen se fez marcada em sua teoria sobre o comportamento humano. Em *O instinto para o artesanato...*, o que Veblen chama de instinto é uma propensão comportamental gerada por algum aspecto da estrutura biológica do ser humano. De acordo com a teoria evolutiva darwiniana adotada por Veblen, estas propensões foram adquiridas pelo homem em razão do processo de seleção natural que produziu a espécie humana. Tais propensões comportamentais inatas, Veblen cunhou de instintos. As propensões comportamentais adquiridas, geralmente resultado da socialização do indivíduo, Veblen chamou de hábitos.⁶

Em *O instinto para o artesanato...* três instintos em particular receberam atenção especial de Veblen. Dois destes instintos têm papel quase antagônico na determinação da conduta dos seres humanos: o “instinto para o artesanato” (*instinct of workmanship*) e o “instinto para o esporte” (*instinct of sportsmanship*). O terceiro instinto – propensão emulativa – é resultado da natureza social da espécie humana.

O instinto para o artesanato se refere à propensão que tem o ser humano de realizar de forma bem feita tarefas que tenham um propósito identificável. Normalmente, o propósito das tarefas motivadas por este instinto é a provisão material necessária para a sobrevivência da comunidade. O instinto para o artesanato é um instinto de cooperação industrial. É um instinto que causa no homem repulsa ao que, ainda que útil para a comunidade, não é bem feito, ou ao que é fútil. Veblen se refere a este instinto como uma preferência inata, um senso quase-estético que permite ao homem identificar e desaprovar o que é desperdício para a comunidade.

O “instinto para o esporte” é um instinto individualista. As atividades motivadas por este instinto não são úteis ou necessárias para a comunidade como um todo, mas podem ter alguma utilidade para o indivíduo. O comportamento humano motivado pelo “instinto para o esporte” é competitivo. Guiados por este instinto, os seres humanos buscam subjugar uns aos outros, demonstrar suas superioridades adaptativas e estabelecer relações hierárquicas. O comportamento humano predatório e as relações de exploração entre semelhantes – a busca contínua pela acumulação de recursos financeiros, o consumo conspícuo das classes mais abastadas, etc. – dominantes nas sociedades pecuniárias modernas são expressões desta tendência

humana para o comportamento competitivo, enquanto fica o “instinto para o artesanato” oprimido.

Pode ser útil para o leitor pensar sobre estes dois instintos como propensões também expressas em outras espécies animais. Tão forte é o instinto cooperativo nas abelhas que às vezes é difícil não pensar na colméia como um único organismo. Não há em cada abelha motivação que não seja servir ao interesse “industrial” da colméia. Tão forte é o instinto predatório em certas espécies de tubarões que não raro indivíduos da mesma espécie devoram partes um do outro em meio a situações de fressa alimentício.⁷

O argumento de Veblen em *O instinto para o artesanato...* é que a história evolutiva da espécie humana teria dado ocasião para que ambas as propensões inatas – instinto cooperativo para o artesanato e individualista para o esporte – fossem adquiridas. De acordo com Veblen, por sua frágil estrutura biológica e pelo prolongado tempo em que os indivíduos da espécie dependem de outros mais maduros para sobreviver, o homem é inevitavelmente uma espécie social, o que favoreceria a aquisição de um instinto cooperativo. No entanto, a predisposição carnívora da espécie humana favoreceria também a aquisição de um instinto predatório, agressivo. Assim, o homem não é nem só abelha e nem só tubarão. No entanto, Veblen acreditava que durante grande parte da história humana, o instinto para a cooperação entre seres humanos foi dominante. Porém, o desenvolvimento de ferramentas cada vez mais eficazes e a conseqüente capacidade de geração de um excedente material significativo do que fosse necessário para a provisão da vida humana criou condições para a emergência de comportamentos e relações sociais menos cooperativos e mais predatórios, menos em sintonia com o instinto para o artesanato e mais em sintonia com o instinto para o esporte.

O instinto para o artesanato... foi um confronto direto à visão dominante em teoria econômica de que a observada aversão ao trabalho em geral sentida pelos agentes econômicos fosse o resultado de uma propensão natural do ser humano. Veblen argumenta que se fosse de fato da natureza biológica do ser humano esta aversão a todo esforço necessário para a provisão das necessidades da vida, certamente a espécie humana não teria sido favorecida pelo processo de seleção natural e haveria sido extinta. Se tal aver-

7 A comparação das propensões que motivam o comportamento humano com as de outras espécies deve ser feita com extremo cuidado. Resultado da seleção natural, dentre todas as espécies, apenas o homem foi equipado com um sistema nervoso suficientemente sofisticado para produzir consciência plena. No caso da abelha e do tubarão há quase nada que determine seus comportamentos além de instintos. Ambas as espécies agem quase mecanicamente em resposta aos estímulos do ambiente de forma predeterminada pelas suas estruturas biológicas. Enquanto a deliberação consciente do homem é o elemento predominante na determinação de suas ações, no caso de outras espécies, os instintos têm papel dominante. Ainda assim, estas propensões existem na espécie humana como existem em outras espécies. O que não existe nas outras espécies é a capacidade que tem o ser humano de ser um agente plenamente consciente de suas ações.

6 Embora tanto Darwin como Veblen não tivessem ao seu dispor o conhecimento sobre genética disponível atualmente e Darwin tenha questionado ao fim de sua vida se de fato características fenotípicas adquiridas ao longo da vida pelo indivíduo de uma espécie poderiam ser herdadas pelos seus descendentes, a diferenciação feita entre instinto e hábito é suficiente para sugerir que, ao contrário de Darwin, era claro para Veblen que somente aquelas características biológicas herdadas geneticamente (ou germinalmente, uma vez que não havia ainda conhecimento completo sobre os mecanismos de transmissão genética) poderiam ser transmitidas a descendentes.

são é observada no homem moderno, este fato não pode ser fruto de uma proclividade inata de ojeriza ao trabalho necessário, mas da aquisição pelo ser humano de hábitos capazes de oprimir a propensão natural para a realização de trabalho útil.⁸

Se não é da natureza humana evitar a todo custo realizar os trabalhos necessários para a sobrevivência da espécie, por que então de fato este comportamento é observado de forma sistemática no homem moderno? Para Veblen, tal aversão ao trabalho necessário deve ter sido adquirida pelo homem moderno por habituação. Ainda segundo Veblen, apenas numa sociedade suficientemente produtiva e capaz de produzir excedente significativo este hábito pode emergir como dominante. Porque a geração de um excedente dos meios materiais da vida humana permite que alguns indivíduos possam sobreviver sem participar diretamente das atividades produtivas, se torna viável o desenvolvimento de relações predatórias entre os membros da comunidade. É a emergência destas relações predatórias entre seres humanos que determina para Veblen a passagem de uma comunidade do estágio “selvagem” para o estágio da “barbárie”. Se no estágio selvagem o instinto dominante na determinação da conduta humana e das relações sociais era o instinto cooperativo, no estágio da barbárie, o instinto dominante é o predatório.

Ha ainda no ser humano um terceiro instinto relevante para a análise contida em *O instinto para o artesanato...* A propensão emulativa é fruto da natureza social da espécie. É natural que em uma espécie social cada indivíduo busque se comportar de modo a reduzir as chances de rejeição pelos demais membros da comunidade, posto que esta rejeição dificultaria sua própria sobrevivência. No homem esta propensão faz com que ele busque reproduzir as atitudes vistas pela comunidade como meritórias e evite aquelas que recebem desaprovação. Em comunidades selvagens, esta propensão faz com que o homem emule comportamentos e atitudes que contribuam para a eficiência industrial da sociedade, já que é percebido como bom e correto aquilo que produz algo útil e necessário para a comunidade.

Entretanto, os valores da sociedade selvagem não são os mesmos valores da sociedade bárbara. Com a emergência do excedente material e dos comportamentos

e relações predatórias muda também a percepção do que é apreciado ou não pela comunidade. Estabelecem-se como superiores na hierarquia social da sociedade bárbara aqueles indivíduos que por qualquer razão sejam mais capazes de subjugar os seus semelhantes. Estes indivíduos são capazes de evitar as atividades necessárias para produzir o que é fundamental para a sua sobrevivência e a dos demais membros da comunidade. Esta é a classe ociosa identificada por Veblen. Sua posição hierárquica superior e a capacidade de subjugar os demais membros comunitários naturalmente permitem que esta classe determine o conjunto de valores abraçado por esta comunidade. Os trabalhos desenvolvidos para a provisão material da comunidade passam a ser identificados como inferiores, normalmente desempenhados pelos membros das classes mais baixas da comunidade. Passam a ser exaltadas as atividades desempenhadas pela classe ociosa, cujo objetivo principal é reforçar a percepção de superioridade desta classe pela comunidade.

A característica principal das atividades desempenhadas pela classe ociosa é a futilidade, pois é o objetivo dos indivíduos desta classe demonstrar sua superioridade adaptativa comparada aos demais membros da sociedade. Ao desperdiçar seu tempo e seus esforços em atividades obviamente fúteis, diz de si mesmo um membro da classe ociosa que de tão adaptado ao modo de vida bárbara é capaz de se ocupar de atividades outras que a provisão dos seus meios de subsistência. Assim, quanto mais fútil e exuberante a atividade, mais perceptivelmente superior se torna o status do agente sob as normas de conduta peculiares da sociedade bárbara. Na barbárie é o desperdício ao invés da eficiência industrial que recebe o prestígio da sociedade e o homem não mais deseja emular o que é útil, mas sim o que é fútil.

Finalmente, sob as instituições características de sociedades pecuniárias representativas da grande maioria das sociedades capitalistas modernas, o comportamento emulativo fútil se torna ainda mais dominante. Sob a lógica pecuniária, a motivação primeira das atitudes humanas passa a ser a acumulação de valores monetários somente indiretamente relacionada à expansão da capacidade de provisão das necessidades materiais da sociedade. O desempenho dos trabalhos necessários para a manutenção da vida da comunidade se torna inegavelmente associado a posições sociais inferiores, produzindo o demérito social daqueles que se vêem forçados a realizá-los. Sob as instituições características de uma sociedade pecuniária, seria realmente estranho que não se observasse em cada homem ou mulher o hábito de odiar o trabalho assalariado e desejar realizar apenas aquelas atividades que carregam consigo a apreciação da comunidade reservada aos membros da classe ociosa.

8 É justamente este o ponto atacado por Geoffrey Hodgson que apresenta a evidência de que outras espécies animais, cujos comportamentos não podem estar sujeitos ao efeito de instituições, também evitam a realização de esforço e tentam preservar suas energias. No entanto, que exista um instinto para o descanso e para a preservação de energia não é contestado por Veblen. Na verdade, nos seres humanos, tal proclividade é parte do instinto para o artesanato. Apenas o trabalho necessário para a provisão material da vida da comunidade merece o dispêndio de esforço humano motivado pelo instinto artesão. Desperdício de energia, seja na realização mal feita de trabalho necessário, seja na realização de trabalhos fúteis causa no ser humano repulsa exatamente em virtude deste instinto para o artesanato. O instinto artesão pode ser entendido alternativamente como uma propensão ao uso eficiente da energia humana.

O instinto para o artesanato e a aversão ao trabalho em geral

The Instinct Of Workmanship And The Irsomeness Of Labor

American Journal of Sociology, Vol. 4, nº 2, set. 1898, pp. 187-201.

Tradução de Daniel Negreiros Conceição
Revisão técnica da tradução por Murillo Cruz

É muito comum em teoria econômica o argumento de que o trabalho gera inutilidade ou desconforto ao homem. Muitos são os argumentos baseados no axioma que diz, pelo menos na esfera da ciência econômica, que é da natureza do homem, acima de tudo, desejar obter o resultado da combinação de trabalhos humanos, mas evitar realizar, ele mesmo, quaisquer destes trabalhos necessários para que sejam produzidos os objetos de seus desejos. Sobre este assunto, o senso comum está de acordo com o que diz a teoria econômica. Imagina também o leigo que seja esta a natureza humana em que a situação mais almejável é aquela em que é possível o consumo sem restrição sem que o exercício de qualquer trabalho seja necessário, e é a pior das aflições a situação em que um trabalho é realizado sem que receba o trabalhador compensação alguma. De acordo com esta visão, a estranha conclusão é que o ser humano se revolta instintivamente contra os esforços necessários para manter o processo de reprodução de sua própria vida.

Obviamente, ninguém, em sua consciência, aceitará o argumento descrito acima se apresentado desta maneira crua; mas mesmo assim, despidido de maior sofisticação, é o argumento acima que está implícito nas teorias econômicas defendidas nos escritos dos mais eminentes economistas. Se esta aversão a todo esforço que é de serventia e necessário é parte integral da natureza humana, então esta é uma característica singular da espécie humana. Certamente uma aversão consistente às atividades, quaisquer que sejam, necessárias para a manutenção da vida de uma espécie animal não é observada em nenhuma das demais espécies animais. Sob a dominância do processo de seleção natural pelo qual se acredita que as espécies animais tenham emergido e se tornado estáveis, não há chance alguma que sobre-

vivesse uma espécie dotada de tal aversão à manutenção de sua própria existência. Se é somente a espécie humana a exceção à regra seletiva que vigora na natureza, esta aversão alienígena em questão há de ter sido introduzida na espécie por algum malévolos *deus ex machina*.

Ainda assim, mesmo que a idéia de uma aversão ao trabalho necessário pareça absurda, um fato é inegável. Com mais ou menos sinceridade, o homem moderno parece sim ter desenvolvido uma aversão ao trabalho e ao esforço de serventia, i.e., o esforço que supre suas necessidades. Tal aversão não existe para todo tipo de esforço, mas apenas para aquele esforço que parece mais necessário; o esforço ao qual o homem moderno tem aversão é justamente aquele que é vulgarmente reconhecido como sendo o trabalho de maior serventia. Menos repulsa é normalmente sentida pelo homem moderno quando o esforço é despendido em atividades que não geram serventia humana óbvia, como, por exemplo, o esforço envolvido em guerras, política, ou outras atividades desta natureza predatória. Mais notável ainda é que não exista aversão ao esforço, considerável, envolvido em esportes e outras atividades similares que não geram quaisquer ganhos pecuniários ou produto de serventia. Entretanto, o fato de uma certa linha de esforço ser uma atividade *inútil*, i.e., de não serventia, não impede que tal atividade seja criticável ou odiosa, como deixa claro o caso de serviços domésticos considerados inferiores; muitos destes tipos de serviço não servem a qualquer finalidade *útil*, mas são, no entanto, não menos repugnantes para o indivíduo de sensibilidade.

Se existisse no mundo animal o animal representado de forma tão caricatural como *homo oeconomicus*, sobre cujas características escreveram os economistas da escola clássica, esta espécie seria certamente uma anomalia. Ainda assim, se aceitarmos como evidência do atual consenso popular as idéias e expressões usadas no dia a dia como inclinação, propensão ou tendência, o estranho retrato da natureza humana não foi seriamente rejeitado. Entretanto, se for esta a representação de agente econômico relevante para o desenvolvimento de doutrinas econômicas, a ciência econômica deve ser responsável por apresentar as limitações deste homem econômico e justificar sua emancipação do mecanismo universal de seleção natural. Esta emancipação da lei de seleção natural é certamente mais aparente que substancial. A diferença entre a espécie humana como existe hoje e quaisquer que tenham sido as espécies que com ela tenham rivalizado diretamente na luta pela sobrevivência se baseia em ajustes significativamente mais bem sucedidos de suas propensões naturais aos processos necessários para a provisão e manutenção da vida. Porque a espécie humana se distanciou há muito tempo e de forma significativa de todas as outras espécies, não

existe espécie animal que hoje rivalize diretamente com a humana e dispute favorecimento do mecanismo de seleção natural. Assim, é possível para o homem moderno alterar mais livremente as características que lhe permitiram sobreviver como espécie até então, sem que seja imediatamente punido pela seleção natural e que outra espécie assuma seu espaço na natureza.

Como outros animais, o homem age em resposta a estímulos oferecidos pelo ambiente em que se encontra. Como outras espécies, o homem é uma criatura de hábitos e propensões. No entanto, diferente das outras espécies, o homem faz uso de seu intelecto superior, delibera sobre o conteúdo dos hábitos pelos quais suas ações são guiadas e avalia os efeitos que seguem destes hábitos e propensões. Diferente de outros animais, o homem tem que ser avaliado como um agente consciente e inteligente. A necessidade seletiva equipou a espécie humana com a propensão de agir com propósito. Em outras palavras, o homem é possuidor de um senso discriminatório de finalidade, razão pela qual produzem nele desgosto as situações de futilidade. É possível que a forma como este impulso por ação provida de propósito se expresse em cada indivíduo seja bastante diferente. Entretanto, a existência deste impulso em cada representante da espécie humana não é algo idiossincrático, mas sim um aspecto genérico da natureza humana. Há certamente casos de indivíduos em que esta propensão ao trabalho imbuído de propósito não é presente ou é presente de forma fraca, mas estes são exemplares anômalos da espécie humana. Descendentes de uma linhagem que carregasse esta natureza defeituosa certamente acabariam se tornando menos numerosos entre a população humana e eventualmente desapareceriam sob os efeitos da seleção natural, mesmo sob as condições peculiares da vida humana moderna. A história de famílias hereditariamente dependentes ou defeituosas é evidência suficiente em favor do argumento acima.

A grande vantagem da espécie humana sobre outras espécies na disputa pela sobrevivência é sua enorme facilidade para transformar as forças do seu meio relevantes para a manutenção da vida. É justamente dessa propensão para realizar a transformação dos meios materiais necessários para a vida humana que o homem ganha sua condição de “senhor da criação”. Não se trata somente de uma propensão a puramente investir seu esforço, mas sim de realizá-lo como forma de garantir a realização de um propósito. Esta primazia é em última instância uma primazia industrial e econômica. Em sua vida econômica, o ser humano é um agente que busca em todas as suas atitudes a realização de um fim concreto, objetivo e pessoal. Se for esta a norma de ação que controla a vida humana no que se refere ao uso que o homem faz das matérias primas, há de servir também como ponto de partida e oferecer o princí-

pio que deve guiar o desenvolvimento de uma ciência que ajude a entender o processo econômico de provisão da vida humana. No que se refere à teoria econômica, a análise de qualquer fenômeno deve incorporar esta propensão humana onipresente. Uma análise econômica que não incorpore de alguma forma tal impulso não pode ser uma análise de como se comportam seres humanos.

Tudo o que foi discutido até o momento parece contradizer o que foi dito inicialmente sobre a idéia convencional de que existe uma espécie de aversão ao trabalho. Entretanto, as idéias não são tão contraditórias quanto parecem ser à primeira vista. A aversão do ser humano ao trabalho é, em grande parte, apenas uma aversão convencional. Nos momentos em que prevalece a reflexão sóbria, quando o homem não está sob os efeitos estressantes da sobrecarga de algum trabalho, o senso comum do indivíduo domina suas ações sob a influência do *instinto para o artesanato*, ou seja, pelo trabalho bem feito e imbuído de propósito. As pessoas esperam que os seus vizinhos desenvolvam suas vidas com algum propósito, e esperam poder refletir sobre suas próprias vidas e identificar também em suas ações o mesmo tipo de propósito. Todo indivíduo possui este senso quase estético de mérito econômico ou industrial, e desta forma o que ele identifica como futilidade econômica ou ineficiência lhe é desagradável. Em sua expressão positiva trata-se de um impulso ou de um *instinto para o artesanato*; e, negativamente, pode ser interpretado como a expressão de um desgosto ou repugnância por todo trabalho mal feito, e pelo desperdício. O senso comum compartilhado por quase todo ser humano de mérito e demérito no que se refere à bem-sucedida provisão material da vida humana, ou ao impedimento da mesma, sanciona e aprova o ato economicamente eficiente e reprova a futilidade econômica. É desnecessário demonstrar de forma mais detalhada quão próxima é a relação entre esta norma de mérito econômico e a norma ética de conduta, de um lado, e a norma de gosto estético, de outro. A norma de mérito econômico está intimamente relacionada às duas normas descritas, posto que são todas produto dos mesmos aspectos da natureza humana resultantes da estrutura biológica da espécie.

Este *instinto para o artesanato* parece estar em completo conflito com a convencional antipatia a todo o esforço de serventia. De fato, as duas *propensões* são encontradas em completo desacordo no homem moderno. Entretanto, sempre que há tempo para deliberação consciente sobre a conduta ou sobre os eventos, é quase sempre o primeiro impulso aquele que recebe primazia sobre o segundo. Este fato sugere que é o *instinto para o artesanato* o impulso mais genérico e mais dominante na natureza humana. O primeiro é uma característica humana necessária para a sobrevivência da espécie; o segundo é um hábito de pensamento possível apenas quando uma espécie

se distancia significativamente de seus rivais evolutivos e, ainda que possa ser tolerado pelo instinto dominante, está sempre sujeito aos limites impostos pelo *instinto para o artesanato*. A questão relativa a estes dois impulsos é a seguinte: Teria esta aversão ao trabalho se originado do *instinto para o artesanato*? Como teria sido possível que se desenvolvesse e se tornasse consistente esta aversão ao trabalho apesar de estar em conflito evidente com o instinto dominante?

Até muito recentemente havia um relativo consenso entre aqueles que escreviam sobre culturas antigas de que o homem, tão logo emergiu como espécie, possuía uma disposição agressiva; era propenso a isolar seus próprios interesses dos interesses de outros homens e participava freqüentemente de brigas e disputas. Deste modo, mesmo quando há o entendimento de que o homem é, por sua natureza, propenso à atividade, existe a presunção de que esta propensão inata é uma propensão à atividade do tipo destrutivo. Supõe-se que o homem possui até hoje inclinação para a briga, não para o trabalho – que o objetivo de suas ações seja normalmente produzir dano, não reparo. Esta interpretação sugere que a propensão (humana) a esforço proposital e objetivo seja um *instinto para o esporte*, e não um *instinto para o artesanato*. Qualquer tentativa de tornar compatível esta visão de natureza humana com um esquema de evolução cultural faria do animal em sua fase pré-humana uma espécie predatória, e da cultura humana em seus primórdios, assim como em seus momentos posteriores, também substancialmente predatória.

Há muito a ser dito sobre esta visão. Se a espécie humana é realmente uma espécie de *esportistas* e não de *artesãos*, não há necessidade de se explicar a observada aversão ao trabalho em geral. Por ser diferente de *atividades esportivas*, o trabalho em geral seria desagradável, e deveria causar perplexidade então o fato do ser humano ter desenvolvido um modo de vida que não puramente predatório. Normalmente, povos em estágios de desenvolvimento menos avançados desenvolvem modos de vida mais predatórios que povos em estágios mais avançados. A história do homem, conforme é convencionalmente contada, é uma narrativa de episódios de exploração predatória, e desta história não se costuma dizer que seja parcial ou mal-informada. A inclinação do tipo *esportista* que caracteriza a prática de guerras é sem dúvida encontrada em quase todas as sociedades modernas. Similarmente, o senso de honra, assim chamado, seja honra nacional ou individual, é também expressão do *impulso para o esporte*. A primazia que tem noções de honra nas diferentes culturas serve, neste sentido, de evidência que suporta o argumento aqui desenvolvido. Se não está convencido o leitor de que a *esportividade* é mais predominante em culturas menos desenvolvidas e, portanto, um impulso antiquado, pense sobre a forma como o senso de honra é

mais notável em comunidades de natureza mais arcaica que em comunidades em estágios avançados de desenvolvimento.

Entretanto, há um corpo significativo de evidências, fornecidas tanto pela história cultural como por fenômenos mais atuais da vida humana, que permite ao observador mais atento rejeitar a visão tradicional de que o homem é, por natureza, genericamente um *esportista*. Talvez não com o mesmo alarde das demonstrações humanas de desporto, mas de forma persistente, ao longo da história da cultura humana, a grande maioria dos seres humanos, de todos os cantos do mundo, desenvolveu e desenvolve, no dia a dia, tarefas com o objetivo de produzir coisas de serventia. O objetivo de quase todo avanço industrial tem sido o melhoramento de alguma atividade voltada para a produção de algo de serventia para a provisão da vida humana. Necessariamente o trabalho foi desenvolvido, de um lado, com base na apreciação da observância do trabalho a ser feito; pois não há nenhuma outra base para se obter algo melhor do que a persistência, recorrente, de uma tarefa. Também necessariamente, por outro lado, a disciplina do trabalho (em geral) resultou no fortalecimento de uma atitude de apreciação e valorização do trabalho bem feito e atencioso. Não é válido o argumento de que a realização do trabalho é inteiramente o resultado de uma compulsão humana sob o regime de vida predatório, uma vez que os avanços mais significativos neste sentido foram produzidos justamente sob condições em que as forças coercivas da exploração produzida pelo comportamento do tipo *esportista* eram menores.

Este mesmo entendimento se manifesta em expressões de senso comum. Como apontado anteriormente, sempre que a conduta é fruto de cuidadosa reflexão desapaixonada, o resultado mais comum é que o homem aprove o trabalho bem feito e eficaz, e não as atitudes belicosas ou *esportistas*. Mesmo quando é de *esportista* o impulso favorecido, o homem não o faz de forma convicta. Este fato se torna claro se for observado o recente (maio de 1898) distúrbio do temperamento popular. Ainda que interpretemos o rompante belicoso em que esta comunidade se vê envolvida substancialmente como um acesso de exaltação *esportista*, há que se notar que quase todos os que defendem a guerra o fazem com grande dificuldade, e carecem de bons argumentos [além da exaltação da honra e da grandeza nacional]. Exploração predatória, por si mesma, não carrega consigo sua própria legitimação, como deveria ser o caso para qualquer espécie animal primariamente de caráter predatório. O tipo de comportamento que recebe aprovação irrestrita é aquele que contribui para a provisão e engrandecimento da vida como um todo, e não aquele que estimula os interesses egoístas e predatórios de um indivíduo em detrimento das condições de vida de outro ser humano.

O mais antigo e consistente dos hábitos da raça humana se expressa de maneira mais óbvia quando o homem não se encontra sob condições de estresse produzido por algo temporariamente irritante. Sob tais condições, a propensão natural pode até mesmo inibir as formas de conduta humana convencionais. A forma de pensar apreciativa da serventia artesanal é produto de um longo e consistente processo de habituação a uma forma de vida cujo caráter é reflexo desta inclinação.

A vida humana é essencialmente uma vida ativa; e, da mesma forma que o homem age, ele pensa e sente. Este é necessariamente o caso, uma vez que é o agente humano quem desenvolve a atividade de pensar e sentir. Como outras espécies, o homem é uma criatura de hábitos e propensões. Suas ações são guiadas por propensões que lhe foram impostas pelo processo de seleção ao qual deve a espécie humana sua diferenciação de outras espécies. O homem é um animal social; e o processo seletivo pelo qual o homem adquiriu este aspecto espiritual de animal social foi responsável também por tornar o homem um animal substancialmente pacífico. É possível que se observem hoje na espécie humana características muito diferentes das de sua forma pacífica ancestral, mas ainda são suficientemente óbvios os traços desta propensão pacífica do ser humano, presentes em seus hábitos de pensamento e sentimentos. A simples visão de sangue e a presença da morte, mesmo do sangue e da morte de animais mais abjetos, normalmente provoca, nas pessoas inexperientes, forte sentimento de repulsa. Para a maioria das pessoas, reagir com complacência diante da matança de qualquer ser vivo requer disciplina. Neste aspecto, o ser humano é diferente de espécies animais caçadoras. A diferença é mais acentuada certamente entre o homem e espécies caçadoras solitárias, mas mesmo entre as espécies cooperativas, nossos parentes mais próximos não estão entre os carnívoros. A julgar pela sua estrutura desarmada e frágil no que se refere à aptidão de lutar que permite a sua força muscular, bem como pela aversão instintiva ao contato hostil com animais ferozes, é justo classificar a espécie humana juntamente com aqueles animais que devem sua sobrevivência à aptidão de evitar conflitos e embates diretos com seus competidores, e não com aqueles animais que subjagam e devoram seus rivais.

“O homem é a mais fraca e indefesa das criaturas vivas”, e, de acordo com a Lei da Selva, seu papel é fruto de sua capacidade de deliberar, de considerar cuidadosamente diferentes alternativas e de transformar as coisas da natureza de maneiras incompreensíveis para as outras espécies. Sem suas ferramentas, o homem é um animal completamente inofensivo se comparado a outras espécies. E o homem não se tornou a espécie formidavelmente dominante que é hoje até que tivesse criado instrumentos de combate. Até que tivesse criado ferramentas – ou seja, durante a maior parte

de sua história evolutiva – o homem não pôde desempenhar o papel de agente de destruição ou perturbador da paz. Por força das circunstâncias, de sua estrutura biológica frágil, a disposição humana era principalmente pacífica. Com a descoberta de ferramentas, surgiu a possibilidade de que o homem adquirisse gradualmente uma disposição diferente, ainda que as circunstâncias apenas permitissem que esta disposição mais agressiva se fizesse sentir de forma gradual e parcial. Os hábitos da vida humana eram ainda predominantemente de caráter pacífico e industrial, não hábitos conflitivos e destrutivos. Ferramentas e sua implementação, nos dias primordiais, devem ter servido principalmente para adaptar os fatos e objetos de uso humano, não para incutir dano e desconforto. A atividade de indústria há de se ter desenvolvido bem antes de ser possível para um grupo de homens viver às custas de outro. Durante a prolongada evolução da indústria antes deste ponto, era o objetivo de eficiência industrial que consistentemente guiava os esforços dos seres humanos, por natureza seres cooperativos e sociais, tanto por imposição de suas características físicas e mentais, quanto por suas inclinações espirituais.

Efeito do processo seletivo ou de condicionamento, a vida humana, antes que uma vida predatória se tornasse possível, tendeu a promover na espécie o desenvolvimento e a conservação do *instinto para o artesanato*. A adaptação do homem ao meio promovida pelas circunstâncias foi de caráter industrial; necessitou que o ser humano adquirisse a capacidade de adaptar as coisas e situações ao seu uso. Isso não significa apenas a transformação das coisas por um indivíduo simplesmente para o seu próprio uso. O homem arcaico era necessariamente membro de um grupo, e durante este estágio inicial, quando a eficiência industrial não era ainda considerável, grupo nenhum poderia ter sobrevivido a não ser com base num senso de solidariedade forte o bastante para que atitudes individualistas ficassem em segundo plano. Individualismo, como o guia predominante das ações humanas, é possível apenas sob o modo de vida predatório, e este modo de vida predatório só é possível uma vez que o uso de ferramentas tenha se desenvolvido o suficiente para que um considerável excedente da produção, além do que é necessário para a manutenção dos produtores, possa ser extraído. Subsistência por meio de comportamento puramente predatório requer que exista presa em quantidade suficiente.

O homem primitivo era membro de um grupo que dependia para sua sobrevivência da eficiência industrial dos seus membros e da existência de um propósito comum no que se referia ao uso feito dos meios materiais à disposição. Alguma competição entre grupos pela posse dos frutos da natureza ou localidades vantajosas deve ter existido até mesmo nos tempos primordiais da espécie, mas não deve ter sido o

contato hostil entre grupos diferentes algo muito freqüente, pelo menos não freqüente o suficiente para afetar a dominância dos diferentes hábitos de pensamento.

O que o homem é capaz de realizar com facilidade é o que ele realiza habitualmente, e este fato determina as coisas sobre as quais o homem pensa e sabe com mais ou menos facilidade e intimidade. O homem se sente mais confortável lidando com idéias que considera familiares, resultado da utilização destas idéias em suas atividades do dia a dia. Uma forma de ação habitual traz consigo uma forma de pensamento habitual, e determina como os fatos e os eventos são apreendidos e incorporados ao conjunto de conhecimento estabelecido. Tudo que é consistente com as formas habituais de agir é também consistente com as formas habituais de pensar, e define o que é conhecimento de senso comum, assim como do que é aceito sem resistência pela comunidade. Por outro lado, um dado procedimento, uma vez compreendido e assimilado mentalmente, se torna uma norma de conduta. O que é compreendido com mais facilidade, o que é consistente com o processo de vida humana e com o estoque de conhecimento acumulado é percebido pela comunidade como correto e bom. Onde este processo de formação dos aspectos sistemáticos da conduta humana não é somente fruto da habituação individual e esporádica, mas é o resultado da eliminação seletiva daqueles indivíduos e linhas de descendência não compatíveis ou bem adaptadas à norma estabelecida pela comunidade, os efeitos sobre o comportamento da espécie são ainda mais potentes. Onde isto ocorre, a tendência adquirida passa de simples hábito ao status de instinto ou propensão natural. Diferente do simples hábito socialmente adquirido, esta propensão se torna uma característica biologicamente transmissível, e o comportamento guiado por esta propensão passa a ser visto como correto e bom. Quanto mais prolongada e consistente essa adaptação seletiva pela qual esta aptidão emerge, mais firme é a aptidão resultante estabelecida como característica da espécie, e mais geral se torna a sanção pela comunidade da conduta resultante desta propensão.

No que se refere à relação do homem com os meios materiais de provisão da vida, as formas de conduta e pensamento estabelecidas pela comunidade pelo processo descrito acima são o que se chama aqui "*instinto para o artesanato*". O interesse do homem pelos fatos de natureza econômica baseado nesta propensão, antes que a exploração predatória fosse possível pela geração de um excedente de produção significativo, não era um interesse individualista. A predominância necessária do senso de solidariedade e coletivismo sob as circunstâncias enfrentadas pelo homem ancestral não permitiriam que o individualismo emergisse como característica dominante de conduta. O processo de seleção natural necessariamente eliminaria as linhas

de descendência em que um viés de comportamento individualista existisse. No entanto, deve ter havido algum comportamento emulativo entre os indivíduos, mesmo no interior dos grupos antigos mais pacíficos e desprovidos materialmente. Dada a predominância com que comportamentos emulativos são adotados pelo homem moderno, é bastante provável que uma propensão ao comportamento emulativo estivesse presente também no homem ancestral e que este caráter da natureza humana fosse forte o suficiente para se fazer sentir na determinação da conduta humana, tanto quanto as exigências da vida naquele período permitissem. Mas esta emulação não poderia produzir uma conduta predominantemente aquisitiva e individualista, ou um comportamento predominantemente dado a assaltos e tumultos. Pelo menos para o homem ancestral, o comportamento emulativo deve ter produzido condutas similares ao que se observa em outras espécies sociais; ou seja, a emulação era principalmente sexual, ocorrendo com mais ou menos regularidade. Deve ter havido, mesmo nos tempos primordiais, alguma forma de disputa pelos meios de subsistência à disposição, mas este tipo de rivalidade certamente não era algo predominante.

Sob as regras de conduta impostas pelo *instinto para o artesanato*, eficiência e serventia recebem aprovação da comunidade, enquanto ineficiência ou futilidade são rejeitadas. Ao contemplar sua própria conduta e a de seus semelhantes, o homem faz juízo e sanciona ou reprova suas atitudes e as dos outros. O grau de eficiência com que ele leva sua vida comparado ao padrão de eficiência socialmente aceito pela comunidade, de certa forma determina sua satisfação consigo mesmo e com sua situação. Uma discrepância acentuada e persistente neste sentido é responsável por extremo desconforto espiritual.

O julgamento pode ser feito, desta forma, sobre a intenção do agente ou sobre a serventia de sua ação. No que se refere ao primeiro, o mérito ou demérito atribuído à intenção é classificado de moral; mas não é objetivo do presente trabalho analisar este tipo de juízo. No que se refere à serventia ou eficiência, o indivíduo não somente considera cuidadosamente os efeitos de sua própria conduta; ele está também sujeito à aprovação ou rejeição por parte dos demais membros do grupo. Não apenas a percepção imediata da realização de um objetivo é gratificante e estimulante, mas o reconhecimento de eficiência das suas ações por um semelhante é não menos gratificante ou estimulante.

Sensibilidade à aprovação ou rejeição é questão de necessidade seletiva sob as circunstâncias da vida em comunidade. Sem esta característica, grupo nenhum de seres humanos poderia ter desenvolvido uma vida coletiva em um meio material onde é necessário produzir a adaptação das matérias-primas para que possam servir

aos objetivos humanos. A este respeito, novamente, o homem demonstra uma relação espiritual com outras espécies de vida comunitária e não com as espécies carnívoras de vida solitária.

Sob a influência deste gosto pelo trabalho bem feito, os homens são comparados uns com os outros e suas ações com o ideal estabelecido de eficiência, e são avaliados pelo senso comum de seus semelhantes de acordo com o esquema convencional de mérito e demérito. A atribuição de eficiência a uma ação necessariamente depende da existência de evidência desta eficiência. O sucesso visível de um homem é, assim, comparado com o de outro homem, e o reconhecimento e a estima são oferecidos a um indivíduo, e não a outro, com base na comparação discriminatória destes indivíduos transformada em hábito mais do que na consideração imparcial e direta da proficiência de cada linha de ação no que se refere à realização do objetivo. A estima é oferecida, então, não mais com base na apreciação da eficácia de cada ação considerada separadamente, mas com base na comparação das habilidades dos diferentes agentes. Ao invés de se *avaliar* a serventia de cada forma de conduta, ocorre a *mensuração* da capacidade dos agentes com base no sucesso visível. O que passa a ser comparado de forma discriminatória entre os agentes é a força que o agente é capaz de despender, e não a serventia da aplicação desta força. Em pouco tempo, à medida que a estima dada à serventia em si de uma ação se confunde com a estima do indivíduo, de suas habilidades comparadas às de outros, o objeto da ação deixa de ser a eficácia pura com que o objetivo é atingido, mas sim a manifestação de força ou *capacidade*. Torna-se o objetivo aproximado da realização de esforço a demonstração de poder por parte do agente, não mais simplesmente a realização de uma meta que contribua para a provisão da vida da comunidade. Segue-se que, embora em sua expressão mais imediata, a norma do que prefere o homem no que se refere à economia comunitária seja uma manifestação de um *impulso para o artesanato*, i.e., para o trabalho de serventia, e desgosto ou repugnância pela futilidade, sob certas condições de vida associada, esta norma assume um caráter de demonstração emulativa de força.

Uma vez que a imputação de eficiência e mérito discriminatório é dada com base na evidência de sucesso visível, a aparência negativa deve ser evitada sob pena de ser o indivíduo objeto de reprovação. Nas culturas selvagens mais antigas, enquanto o grupo era ainda pequeno e as condições que favoreceram o surgimento do modo de vida predatório ainda não haviam se desenvolvido, a emulação entre os membros do grupo era apenas no sentido de eficácia industrial. Entre os selvagens a aparência a ser evitada era de ineficiência industrial. É neste sentido que força e capa-

cidade (em atividades *industriais*) eram utilizadas mais freqüentemente como forma de garantir a boa reputação do indivíduo. Desta forma, é neste sentido também que se desenvolve o critério estabelecido do que é uma conduta meritória. Mas até mesmo para o desenvolvimento desta emulação do uso produtivo de cérebro e músculos, o pequeno, rude e pacífico grupamento do homem selvagem não era terreno fértil. Em comunidades de homens selvagens não havia grande estímulo para o espírito emulativo. As condições favoráveis para o desenvolvimento do hábito de demonstração emulativa de força são (1) a recorrência freqüente de conjunturas que requerem esforços grandes e repentinos, e (2) a exposição do indivíduo a um meio humano muito grande e em transformação, do qual o indivíduo busque aprovação contínua. Essas condições são raramente observadas em comunidades selvagens menos avançadas, do tipo que deve ter existido logo que o homem criou suas primeiras ferramentas. Assim, relativamente pouco do espírito emulativo é observado em comunidades que mantiveram uma constituição mais arcaica e pacífica, ou que se reverteram para a forma arcaica de uma cultura mais avançada. Nestas comunidades o nível cultural e o conforto material menos avançados coincidem com a ausência de dispêndio exagerado de esforço humano quando da realização de alguma atividade necessária, assim como a ausência de sentimentos de inveja e de estratificação social. Noções de hierarquia econômica ou desigualdades no nível de conforto experimentado por diferentes indivíduos são, em comunidades de homens selvagens, quase, se não completamente, inexistentes.

Com o desenvolvimento do uso de ferramentas pelo homem e do seu crescente controle sobre as forças do meio ambiente, os hábitos da vida humana selvagem foram modificados. O comportamento humano tomou um caráter mais agressivo, expresso tanto na caça dos grandes mamíferos quanto no fato de conflitos entre diferentes grupos terem se tornado mais freqüentes. À medida que a eficiência produtiva do grupo se desenvolveu, armamentos passaram a ser produzidos com mais perfeição, e os incentivos ao comportamento agressivo e às oportunidades de extrair benefícios deste tipo de comportamento aumentaram de modo significativo. As condições para o comportamento emulativo se tornaram mais favoráveis. Com o aumento da densidade populacional resultado da maior proficiência industrial da raça humana, as comunidades passaram, por imposição das circunstâncias, de uma condição arcaica de pobreza material e comportamento pacífico à forma de vida predatória. Este estágio belicoso – o início da fase de barbárie – pode significar o desenvolvimento de predação agressiva, ou pode o grupo ser forçado a adotar uma postura defensiva. Uma ou outra, ou ambas as formas de conduta – mais comum que observassem as

duas formas, sem dúvida – é imposta sobre o grupo, sob pena de extermínio. Este parece ter sido o curso mais comum dos primórdios da evolução social.

Quando um grupo adentra esta fase predatória do seu desenvolvimento, as ocupações que passam a merecer mais atenção dos homens são aquelas que envolvem exploração. O motivo de preocupação mais sério do grupo são aquelas atividades que ao mesmo tempo permitem ao indivíduo a realização dos feitos mais extraordinários: os conflitos com as grandes feras e animais, e com outros homens. Torna-se claramente mais fácil comparar diferentes homens e suas ações quando estas se referem à exploração de adversários tão temíveis ou ao enfrentamento dos extraordinários movimentos dos elementos. A asserção da mão forte, da agressão bem-sucedida, normalmente de caráter destrutivo, se torna a base aceita da boa reputação do homem bárbaro. O interesse do grupo no estágio de barbárie torna-se focado no uso exploratório de força e sagacidade, e outras formas de servir a vida da comunidade, antes dominantes, passam ao segundo plano. O ânimo que passa a guiar as ações da comunidade torna-se militante, as ações do homem passam a ser julgadas sob o ponto de vista do homem *brigador*. O que é reconhecido, sem sombra de dúvida e sem muita reflexão, como útil e eficaz para o grupo é, nos tempos da barbárie, a capacidade de lutar do indivíduo. Exploração predatória torna-se a base convencional da comparação entre indivíduos, e a reputação passa a ser conquistada pela habilidade em combate.

À medida que a cultura predatória atinge seu desenvolvimento completo, desenvolve-se também uma maior distinção entre diferentes ocupações. A tradição passa a identificar a habilidade em combate como a mais nobre das virtudes, virtude por excelência, até o ponto em que ser combatente habilidoso se torna a única virtude merecedora de admiração. As ocupações que ficam em evidência por esta virtude *beligerante* tornam-se, em detrimento de todas as demais, reconhecidamente nobres.

Outros empregos, que envolvem a transformação artesanal de matérias-primas em artigos de serventia, passam a ser vistos com demérito. O homem *honrado* deve ser capaz não somente de demonstrar capacidade de realizar exploração predatória, mas deve também evitar ao máximo a realização de atividades que não envolvam comportamento predatório. As atividades de transformação de materiais em seu estado bruto em artigos de serventia para a vida humana são agora não somente menos nobres, uma vez que não envolvem a destruição óbvia de vida alheia ou a espetacular coerção de temíveis antagonistas, mas verdadeiramente prejudiciais à manutenção da reputação do indivíduo. Como conseqüência, tais ocupações são relegadas àqueles membros da comunidade desprovidos de capacidade predatória, ou seja, aqueles

indivíduos menos fortes, ágeis ou ferozes. Ocupação nestes empregos indica que o indivíduo é menos capaz na nobre arte de combate, e não merece, por esta razão, a posição privilegiada na hierarquia social estratificada das comunidades bárbaras, reservada, conseqüentemente, aos bons combatentes. A reputação imaculada requer que o indivíduo evite a aparência maligna. Assim, deve o homem bárbaro saudável e capaz sob esta cultura predatória, se quiser manter seu bom nome, deixar que cuidem das ocupações artesanais as mulheres, os mais jovens e outros menos capazes como combatentes entre os membros de seu grupo. Seu tempo é gasto com a varonil arte da guerra e seus talentos são usados para a concepção de formas cada vez mais eficazes de perturbar a paz. Somente este é o caminho da honra.

Sob o modo de vida bárbaro, as atividades pacíficas de caráter artesanal, que servem às necessidades industriais da comunidade, são função da mulher. Tais atividades implicam força insuficiente, incapacidade para a agressão ou devastação, e por isso não produzem boa reputação. Desta forma, atividades de indústria se tornam respeitavelmente odiosas e são percebidas como substancialmente inferiores. Elas não são atividades dignas do *esportista*. O trabalho passa a carregar uma mancha, e qualquer contaminação por estas atividades vulgares deve ser evitada pelo homem de respeito.

Onde a cultura predatória foi desenvolvida em plena consistência, a percepção do senso comum de que trabalho em geral é uma atividade inferior se desenvolveu na visão mais refinada de que trabalhar é reprovável – pelo menos para aqueles não ainda rebaixados à condição de reprovação por sua posição na hierarquia social. Explicam-se desta forma algumas bem conhecidas características de certos tabus e de sociedades organizadas em castas. Em estágios já mais avançados de evolução cultural, quando riqueza suficiente já foi acumulada e os membros da sociedade passam a se dividir entre uma classe servil e uma classe ociosa, a tradição de que a realização de trabalho seja algo inferior ganha significância adicional. Não só é a marca que caracteriza força inferior, mas é também a forma de subsistência do pobre. Esta é a situação atual. A realização de trabalho de caráter industrial é moralmente impossível por força da tradição herdada dos tempos de barbárie, e é vergonhosa por força da sua associação *maligna* com a pobreza. Trabalho é, para o homem moderno, algo indecoroso.

A aversão ao trabalho industrial é um fato espiritual que reside na indignidade percebida deste tipo de atividade. Que esta aversão exista não é menos real ou pertinente por ser resultado da natureza espiritual do ser humano. De fato, é talvez até mais substancial e irremediável por esta razão. Para a aversão física e o desgosto nascerem, basta que o incentivo espiritual esteja presente. Testemunhe o leitor a atração sentida

pela juventude, nos tempos da barbárie e nos tempos civilizados de hoje, por atividades de guerra. A descrição da experiência de um soldado em guerra não raro é repleta de situações de privação, exposição a perigos, fadiga, situações repulsivas, imundice, doença, e, muitas vezes, culmina em morte odiosa; incidentes e acessórios de guerra são ditos ofensivos, repugnantes, insalubres tanto para corpo como para a mente, além do que palavras podem descrever; ainda assim para que as atividades relacionadas à guerra sejam uma ocupação atraente para um indivíduo basta que ele tenha absorvido os hábitos de pensamento adequados. A maioria dos esportes, e muitas outras atividades estressantes, mas honoráveis, são evidência deste mesmo efeito.

Incômodo físico é uma inconveniência com que o homem acaba se habituando, se este não for reforçado pela sanção do decoro. Ao incômodo físico o homem se acostuma e consegue ignorar. É o incômodo espiritual produzido pela realização do trabalho industrial que torna o homem avesso a tal atividade. Este fato é cultural. Para este tipo de incômodo não há remédio que não a subversão da estrutura cultural que atualmente determina as normas de decência. Pode ser feito um apelo ao gosto e à consciência para que se abandone esta aversão convencional ao trabalho; tal apelo de fato é realizado de tempos em tempos por indivíduos bem intencionados e otimistas, e alguns resultados irregulares foram alcançados desta maneira. Mas, normalmente, o homem de senso comum está preso pelo que entende ser o decoro de senso comum da comunidade – herança de uma linha de descendência que segue contínua até os primórdios da espécie humana.

Nota Técnica acerca do Conceito de *Instinct of Workmanship* em Veblen

MURILLO CRUZ | murillo8.cruz@gmail.com
Professor do Instituto de Economia da UFRJ

O artigo *The Instinct of Workmanship and the Irksomeness of Labor*, publicado em 1898, no *American Journal of Sociology* (vol. 4), é seguramente um dos mais importantes artigos de Thorstein Veblen (1857-1929).

Entre inúmeras outras ponderações, este artigo aborda o conceito de maior significado e abrangência da *erga* obra de Veblen: o conceito de *instinct of workmanship*.

Não é simples ou trivial a tradução deste conceito, pois, como em muitas outras expressões, Veblen fez uso sinedóquico e “plural” da expressão *workmanship*. Trata-se, de fato, em Veblen, de um conceito extremamente protético e sua perfeita compreensão exige a compreensão de um conjunto de parâmetros e de idéias concomitantes e simultâneas.

Algumas vezes Veblen substituiu a expressão *instinct of workmanship* por *sense of achievement*, ou por outras. Entretanto, uma boa (mas não prática) tradução para este conceito é: “instinto para ação funcional-objetiva, i.e., econômica e industriosa; ou uma propensão inata (hereditária) para um comportamento de cândida e objetiva eficiência no trato das coisas, dos recursos e dos movimentos; de serventia para a plenitude da vida “*as a matter-of-fact*”.

Este conjunto de significados Veblen possuía em sua mente desde “cedo” (possivelmente a partir das longas e profícuas conversas com seu pai – Thomas Veblen), mas não havia encontrado uma expressão simples ou única que pudesse simbolizar e congregar todo este conjunto. E de fato não foi Veblen quem cunhou a expressão *instinct of workmanship* para os conceitos acima. Como ele mesmo reconheceu em 1900, foi Sarah Hardy (em 1900, já casada, Sra. Warren Gregory), uma ex-aluna, quem (sem saber!!) sugeriu a Veblen – anos antes – a expressão *workmanship*, e ele aceitou e incorporou em sua obra. Posteriormente vários cientistas (famosos), como e.g. Jacques Loeb, usaram o conceito vebleniano de *instinct of workmanship* em suas obras.

O conceito de *instinct of workmanship* é tão importante na obra de Veblen que após a publicação de seu primeiro (e mais famoso) livro, *The Theory of the Leisure Class*, em 1899, colegas seus, intelectuais e críticos sugeriram que Veblen escrevesse e publicasse um livro específico sobre o tema. Veblen acolheu tal idéia e proposta e, durante

vários anos, preparou a redação deste específico livro, ultimando tal projeto somente em 1914, após a publicação de seu segundo livro (*The Theory of Business Enterprise*, 1904) e inúmeros outros artigos.

Em 1914, Veblen publica, então, aquele que para ele era o seu mais importante livro: *The Instinct of Workmanship and the State of the Industrial Arts*; um dos livros mais importantes do século XX. De acordo com inúmeros relatos de ex-alunos, este livro cobria basicamente os temas e as matérias que Veblen oferecia em seu principal curso nas várias Universidades onde lecionou: *Economic Factors in Civilization*.

Em geral, a tradução para diversas línguas do conceito de *instinct of workmanship* acolhe unicamente a face “laboriosa” ou “industrial” da complexa idéia de Veblen. Por exemplo, em francês, a tradução é feita como “*l’instinct ouvrier*”; em alemão, como “*Der Werkinstinkt*”; em espanhol como “*el instinto laborioso*” etc.

Somente os dois primeiros livros de Veblen (dos onze) tiveram traduções para a língua portuguesa (no Brasil), e pouquíssimos artigos, dos mais de 120 artigos importantes, foram traduzidos para o português. A expressão *instinct of workmanship* foi traduzida para o português, nas ocasiões acima citadas, ou como “instinto de artesanato”, ou como “instinto de trabalho eficaz”; sendo, conforme vimos acima, relativamente indiferente qual das duas expressões reflete, adequadamente, o complexo conceito de *instinct of workmanship* para Veblen, dado que “nenhuma”, em qualquer língua, poderá cobrir adequadamente, com uma única “expressão”, ou poucas, toda a riqueza conceitual proposta por Veblen.

Embora não seja objeto direto destas notas, vale registrar que as duas únicas traduções existentes dos livros de Veblen no Brasil, (a edição da Editora Globo, em 1966, do segundo livro de Veblen como “A Teoria da Empresa Industrial” e as edições sucessivas da Editora Abril de “A Teoria da Classe Ociosa”) possuem erros conceituais lamentáveis.

Uma outra observação importante acerca do conceito de *instinct of workmanship* em Veblen é o pouco compreendido conceito (correlato) de *instinct of sportsmanship* (ou *salesmanship*). Em certas circunstâncias de vida associada Veblen afirmou que o *instinct of workmanship* manifesta-se como uma propensão invejosa e hostil de comparação intersubjetiva (i.e, entre sujeitos); e esta manifestação deformada, deflexionada, deturpada, pervertida do *instinct of workmanship* vislumbra-se, então, como um *instinct of sportsmanship*, como uma espécie de “bizarro” do *instinct of workmanship*. Logo, o *instinct of sportsmanship* não significa propriamente uma propensão autônoma e particular da natureza humana, ao longo da evolução, mas sim a forma específica com que o *instinct of workmanship* se manifesta em função de características competitivas e invejosas, quando dominantes, em certas comunidades e/ou épocas.